

-----**ACTA N.º 222**-----

----- Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e treze, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

1. Período de antes da Ordem do Dia-----

1.1 Comunicação escrita do Presidente da Câmara-----

1.2 Correspondência-----

1.3 Acta n.º 221, de 22 de fevereiro de 2013-----

1.4 Intervenções-----

2. Período da Ordem do Dia-----

2.1 2ª Revisão Orçamental-----

2.2 Prestação de Contas 2012-----

2.3 Património-----

2.4 Atribuição de Medalhas-----

2.5 Aumento do Capital Social da AdRA-----

2.6 Despesas de Representação – Diretor de Departamento-----

2.7 Autorização Prévia – Despesas Plurianuais-----

3. Período Destinado ao Público-----

----- Eram cerca das dezassete horas e vinte minutos quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.-----

----- Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

1. Albino Tavares de Pinho -----
2. Alexandre Paulo Tavares Machado -----
3. Álvaro Pinho Duarte -----
4. Ana Raquel Machado e Costa -----
5. António Manuel Martins de Bastos -----
6. António da Silva Portela -----
7. Belmiro Manuel Marques -----
8. Carlos Alexandre Arede da Silva -----
9. Cipriano de Arede Nogueira -----
10. Cláudia Maria Rodrigues da Silva -----
11. Claudino da Fonseca Soares -----
12. David Dias Cabral -----
13. David da Silva Alves -----
14. Ercília Maria Marques Pedro -----
15. Harolde Soares da Silva Balaias -----
16. Isabel Maria Soares dos Santos -----
17. Joana Patrícia da Silva Rodrigues -----
18. João Pereira Henriques -----
19. José Carlos Ribeiro de Sousa -----
20. José Luís da Silva e Almeida -----
21. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa -----
22. Júlio Martins Fernandes -----
23. Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva -----
24. Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira -----
25. Renata Liliana da Costa Marques -----
26. Rui Manuel de Jesus Nunes -----
27. Rui Manuel Pires da Silva -----

----- Faltaram à sessão, e Marco Nuno Tavares Rocha, Mário Coutinho Martins e Sandra Henriques da Silva.-----

----- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Manuel da Silva Soares, Presidente da Câmara Municipal; António José Martins Coutinho, Vice-Presidente; Raul Alberto da Conceição Duarte; João Miguel Tavares de Almeida e Acácio Rodrigues Barbosa, Vereadores.-----

----- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----1 – Período Antes da Ordem do Dia-----

1.1 Comunicação Escrita do Presidente da Câmara: Foi apresentado o documento e dada a palavra ao Presidente da Câmara que deu uma explicação relativamente ao conteúdo do mesmo, prontificando-se a prestar qualquer esclarecimento adicional caso os membros presentes formulassem questões sobre a informação exarada no documento oportunamente disponibilizado.-----

Não havendo questões colocadas, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

1.2 Correspondência:-----

Conselho da Comunidade do ACeS Baixo Vouga: - O órgão deliberativo tomou conhecimento do conteúdo da carta enviada pela Administração Regional de Saúde do Centro, relativamente ao representante desta Assembleia Municipal para integração no Conselho da Comunidade dos Agrupamentos de Centros de Saúde Baixo Vouga. Colocado à consideração da Assembleia Municipal uma possível alteração da pessoa nomeada, decidiram os membros presentes manter como representante da Assembleia Municipal - Ana Raquel Machado e Costa - para integrar o referido Conselho.-----

Acta n.º 221 de 22 de fevereiro de 2013: - Foi submetida à apreciação a acta n.º 221 oportunamente, remetida aos membros da assembleia municipal, tendo ficado dispensada a sua leitura.-----

----- Depois de colocada a acta da sessão anterior à apreciação a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo por ordem de inscrição.-----

----- Após a anotação de todas as inscrições, passou-se ao período das intervenções.-----

1.3 Intervenções:-----

A primeira intervenção foi de **Rui Manuel Pires da Silva**, que começou por dizer que “houve uma carta remetida ao edifício dos Paços do Concelho, destinada a uma bancada, e foi recusada nesse mesmo edifício”. Lamentou a situação e disse compreender que, “se a Câmara Municipal recebesse uma carta dirigida a um deputado específico, pudesse rejeitar a mesma”. Tratando-se de uma carta dirigida a uma bancada municipal, com o nome do seu líder, “e recusa-se a receber essa carta, com que legitimidade democrática aquela casa decide fazer isso?” Reconheceu ser muito crítico, pois considera que “a população reclama pouco e não vai ao sítio certo reclamar”. Continuou a sua intervenção, dizendo que “o PSD recebeu uma carta dos moradores da Ribeirada, Ermida, lugares junto ao Rio Vouga, a pedir auxílio para resolver um problema relacionado com moradias afetadas com rachadelas e outros problemas” e quis solicitar à Câmara Municipal que, junto dos seus técnicos, verificasse se estão a ser cumpridas as normas de acordo com a lei. Disse saber que a população já tinha informado, informalmente, alguns autarcas desta entidade, que “talvez tenha sido ignorado por eles, uma vez que o assunto nunca foi trazido à Assembleia Municipal.” -----

Seguidamente, falou na estrada de Santo Adrião, dizendo que a mesma é defendida há muitos anos pela população daquele lugar e que se encontra em muito mau estado. Disse ter sido colocada uma placa no início da obra a dizer que a data de conclusão é de 360 dias, não sabendo quando começa esse prazo. Disse ter ficado espantado ao saber que os autarcas da freguesia de Cedrim desconhecem o projeto daquela estrada. Disse que gostava conhecer os pormenores do projeto. Mais disse ter conhecimento de queixas apresentadas por causa da pintura de algumas árvores por parte da Câmara Municipal. Solicitou à mesa que desse a conhecer o projeto da estrada de Santo Adrião, se possível. ---

Posto isto, falou do ribeiro que passa por detrás da Biblioteca Municipal, do qual muitas pessoas têm vindo a fazer queixa devido aos maus cheiros que dali emanam, derivadas de descargas feitas na proximidade. Solicitou que fosse analisado e resolvido o problema. ---
Referiu que a obra do Barrôco, no lugar de Paçô (Cedrim), que está parada, verifica-se que as pessoas que destruíram o caminho continuam a fazê-lo. Na altura, falou-se que toda a gente sabia quem tinha destruído o caminho, mas ninguém quis dizê-lo. Talvez por falta de coragem política. -----

Sobre a nova ciclopista, pretendeu saber como é que vai funcionar, porque há moradores que não têm outro acesso para as suas casas. -----

Dirigindo-se ao presidente da Câmara, pretendeu saber se era verdade que a GNR apenas possuía uma verba de trezentos euros, por mês, para fazerem as rondas. -----

Por último, questionou se já havia alguma novidade quanto à manutenção ou encerramento do Tribunal de Sever do Vouga.-----

Antes de passar a palavra ao presidente da Câmara Municipal, o **Presidente da Assembleia Municipal** quis dizer que ficou altamente preocupado com o episódio que o membro contou. Disse: “o que o membro fez, foi atirar a pedra e esconder a mão”. Como é que vai apurar o que se passou se não chama os nomes, nem às pessoas, nem às coisas? Exigiu que o membro lhe dissesse quem, na Câmara, rejeitou a carta e pediu o favor de lhe fazer chegar essa informação. Lançou uma suspeita e é do mais baixo que há, porque sabia que não se podia defender. -----

Quanto ao projeto da estrada de Santo Adrião, pediu ao presidente da Câmara que fizesse chegar a informação ao membro Rui Silva. -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que começou pelas cartas, dizendo não saber se o reparo era para si ou não. Disse que todas as cartas recebidas têm resposta, como presume acontecer, porque algumas faz questão de responder pessoalmente e outras endossa aos vereadores ou aos serviços competentes. -----

Relativamente à petição da Ribeirada, ela não está esquecida. Referiu que, na altura, foram alertados para a situação de que haveria estragos nalgumas moradias da Ribeirada e diligenciaram junto da EDP e nunca mais se voltou a solicitar, porque foi-lhes prometido pela EDP que o assunto ia ser resolvido. Pensa que houve umas vistorias da EDP e, um dia, foi-lhes dito que não têm culpa, mas não querem problemas, e sempre tiveram essa relação com a EDP de quererem resolver amigavelmente os problemas, mesmo quando eles entendem que não têm muita culpa, mas têm tido essa postura de colaboração e até fizeram algumas coisas que lhes pediram, que até nem eram obrigados a fazer. Disse estar convencido de que o assunto estava a ser resolvido. Afirmou ter ficado espantado quando foi recebido outro abaixo assinado porque constatou não terem chegado a um acordo. De imediato, solicitou reunião com os responsáveis da EDP no sentido de poder ser discutido, apesar de terem informado, via telefone, de que entendiam que os reclamantes não teriam razão e, a partir do momento que não aceitaram a proposta apresentada, o assunto iria para o gabinete jurídico. Informou que a advogada da Câmara está a analisar a petição e que querem, com a administração da EDP, discutir este assunto, pois ainda não foi possível e logo que o assunto seja analisado e discutido, decidirão como proceder. Disse fazer questão de trazer cá o Eng.º Ferreira da Costa, não só para resolver esse problema, mas para resolver a colaboração numa outra pequena obra que querem fazer em Couto de Esteves. Quando tiver notícias sobre esse assunto, transmiti-las-á, até para a população saber. -----

Relativamente à estrada de Santo Adrião, é, obviamente, uma obra da Câmara Municipal e, se alguém, seja qualquer cidadão, seja uma Junta de Freguesia, seja um membro da assembleia municipal que queira consultar o projeto, pode fazê-lo, pedindo nos serviços e não é preciso pedir à mesa. Têm a liberdade de, junto do vereador ou com o responsável técnico da obra, solicitar a consulta do processo. Sabe que não é uma retificação a toda a estrada, nem haveria disponibilidades para isso, e foram colocadas marcações para depois saber-se a quem pertencem os terrenos e poder-se negociar. O prazo de 360 dias, conta sempre desde a data do auto de consignação da empreitada. -----

Quanto aos maus cheiros no ribeiro, disse não ter recebido essa informação e pediu ao vereador para ir ao local ver onde é que existem os maus cheiros. -----

Relativamente ao caminho do Barrôco, disse que veio a chuva e não permitiu ao empreiteiro a colocação do tapete. -----

Em relação à ciclovia, referiu que as ecopistas resultam de um acordo com a REFER para ocupação do canal ferroviário, que nem sequer pode ser desafetado do domínio público. Como o Município detém a concessão do espaço, terá de ser gerido com bom senso, ou seja, manter-se o canal ferroviário, arranjando alternativas, e isso está a ser analisado, sobretudo à entrada, sendo recomendável para que a via tenha mais segurança. Se, eventualmente, nalgum local, como naqueles casos onde não haverá alternativa para a moradia, a questão é de sinalização, como aconteceu em Oliveira de Frades e Vouzela, teremos que analisar e obter uma solução. -----

Em relação à GNR, disse ter tido, de facto, uma reunião com o novo Comandante Distrital de Aveiro e com o Comando Territorial de Águeda, onde não foi possível estar presente o Comandante da GNR, mas irá ser realizada outra reunião para discussão de mais assuntos. Não quis responder à questão dos trezentos euros, visto tratar-se de uma matéria sigilosa e que não deve ser discutida em público, pelos efeitos adversos que provoca, podendo ser verdadeira ou não a informação ventilada. -----

Em relação ao Tribunal, a situação está como estava e considerou que estaria até passar as autárquicas. Depois das autárquicas, não se sabe o que poderá acontecer. Isto é o que se diz, é o que a ANMP diz, e há quem diga que poderá haver uma reformulação deixando de haver a designação de extinção. Portanto, não há nada de novo, o processo está parado e a própria ANMP cancelou as reuniões e discussões que eram para ser feitas. -----

De seguida, foi dada a palavra a **Álvaro Pinho Duarte** que começou a sua intervenção por falar sobre a estrada no interior de Soutelo, na freguesia de Paradela, querendo saber se lhe podiam dizer se houve algum protocolo assinado com a Junta de Freguesia para realizar aquela obra ou se houve alguma promessa por parte da Câmara, porque, na última Assembleia de Freguesia de Paradela, questionou a junta de freguesia e foi respondido mais ou menos o seguinte: “nós fizemos o nosso trabalho, investimos o nosso dinheiro e agora falta a câmara municipal cumprir com o prometido”. Se a Câmara prometeu, seria urgente e necessário que se conclua aquela obra. O efeito prático de investimento da Junta de Freguesia é quase nulo, neste momento. Agradecia que a Câmara tomasse a devida atenção no sentido de terminar a obra, e pensa que não será muito significativo. -----

Intercedeu, mais uma vez, a solicitar intervenção na estrada de Vila Nova, que vai de Penouços até o Dordelinho, pelo menos até Vila Nova. Há já quatro anos que esta estrada anda no Plano Plurianual de Investimentos, umas vezes em projeto, outras vezes em concurso e na última comunicação do senhor presidente da Câmara, não está nem num, nem noutro local. A população de Vila Nova, Dordelinho e Penouços reclama há muito tempo esta obra e tem toda a razão. Se não for possível fazer a obra este ano, pelo menos que sejam tapados os buracos. Há moradores que já danificaram viaturas. -----

Sobre a estrada do Campo, solicitou a sua reparação, por estar cheia de buracos. -----
Relativamente à Travessa da Quinta do Barco, o presidente da câmara já respondeu, estava incluída na obra da Rua do Barrôco. -----

Continuando, disse que as cheias vieram estragar muito a Quinta do Barco, causando muitos prejuízos e ficou a parecer muito mal, pelo que solicitou a intervenção da Câmara Municipal na reposição da praia e beneficiação do espaço envolvente, juntamente com a Junta de Freguesia de Paradela, que tem feito tudo e mais alguma coisa por aquele espaço.

Por último, solicitou informação sobre a Festa da Lampreia, nomeadamente sobre o balanço dessa atividade e se a Câmara Municipal atribuiu algum subsídio para a realização do evento. -----

Respondendo à intervenção, o **Presidente da Câmara Municipal** começou por pedir aos vereadores para tomarem nota em relação à estrada de Soutelo. Disse saber que está estragada e devem ser, pelo menos, tapados os buracos. -----

Sobre a estrada de Vila Nova, nunca houve concurso, em principio, apenas a elaboração do projeto. De igual modo, solicitou à vereadora para anotar e ordenar a tapagem dos buracos. Quanto à Quinta do Barco, as cheias fizeram, realmente, muitos estragos, dizendo que iriam de intervir e fazerem-se alguns arranjos. -----

Sobre a Festa da Lampreia, disse não ter sido atribuído qualquer subsídio. Apenas foi suportado o encargo com a publicidade do evento, como é costume fazer-se. A entidade

regional de turismo do centro é que fez a promoção nos municípios onde foi criada a rota da lampreia – Figueira da Foz, Penacova, Montemor-o-Novo, Sever do Vouga e Murtosa. A entidade regional de turismo do centro organizou o evento em parceria, nalguns casos, com os municípios, noutros casos, com as confrarias, como foi o nosso caso. -----

A próxima intervenção foi de **Ercília Maria Marques Pedro**, tendo começado por felicitar o executivo pela última iniciativa que teve da bolsa de terras, achando que foi uma iniciativa muitíssimo boa para o concelho, tendo em conta as dificuldades por todos sentidas. Para o desemprego que há, achou que é, de facto, uma saída para muitos jovens agricultores, para muitas pessoas que vão ter a possibilidade de poderem trabalhar em determinadas alturas e conseguirmos que Sever do Vouga suba um patamar ainda mais digno, já que é considerado a “Capital do Mirtilo”. -----

Falou da ecopista, que está em muito mau estado de conservação. Agora, que vem o melhor tempo, considerou devia-se ter um pouco de atenção, pois é muito utilizada e está a precisar de uma limpeza geral. -----

Disse ter tido algumas reclamações de muitos buracos nas estradas de Rocas ao Couto, entre a Papeira e o Couto de Cima, bem como, entre o Couto e Lourizela, na ponte sobre o Rio Lordelo, e a estrada da ponte do Pavilhão de Pessegueiro do Vouga que dá acesso à Barragem da Ermida. -----

Falou de um assunto que já foi debatido por Rui Silva, não valendo a pena estarmos a desviarmo-nos do assunto principal, que é o problema que a gente da Ribeirada tem, e que já foi aqui explicado pelo presidente da câmara, achando que, se agora há um caminho traçado, há uma luz ao fundo do túnel, é por aí que devemos seguir. As pessoas têm visto o seu problema de uma forma complicada porque andam com este problema desde o final do ano 2011. “Estamos em 2013. Tenho uma expressão que é minha e, não é muito simpática, “vozes de burro não chegam ao céu”, muitas vezes estamos mesmo na qualidade de burro e aquilo que eu queria apelar é que, mais do que competências políticas, ou competências técnicas, temos competências morais e estas pessoas precisam de ser ajudadas.” Disse já ter lido uma série de relatórios que dizem que o dono da obra não é responsável, mas acha que é importante haver a cooperação do executivo e já se viu que está a haver essa cooperação, vamos ver se agora conseguimos chegar a bom porto e que as pessoas possam ser ressarcidas dos seus prejuízos porque, de todo, não lhe parece nada coincidências, e se as pessoas forem responsáveis pelos danos têm de ser responsabilizadas por isso. -----

Seguidamente, o **Presidente da Câmara Municipal** pediu aos senhores vereadores para tomarem nota porque, realmente, o inverno foi muito rigoroso e provocou buracos em muitas estradas. -----

Relativamente à limpeza na ecopista, é algo que é costume fazer-se todos os verões, disse já ter recebido alguns e-mails a chamar a atenção para isso. Logo que haja possibilidade, essa limpeza será feita. -----

A seguir à bolsa de terras, vai ser lançado o concurso da horta amiga, cujo regulamento foi aprovado, e já existem algumas pessoas interessadas. Já pediu aos serviços para avançarem com o programa de apoio aos carenciados pelo fundo de apoio que gostava de ver implementado, a exemplo do que alguns dos municípios já têm. -----

Sobre a estrada da Ermida, podem ser tapados os buracos, mas o que mais gostava era que a EDP cumprisse e na reunião que irão ter por causa do assunto da Ribeirada, se poderem avançar o mais rapidamente possível com a estrada, através de um pequeno alargamento e colocação de tapete em toda a estrada, que é um compromisso assumido pela EDP, supostamente no final do empreendimento, mas se fosse possível fazê-lo agora, não era pior. -----

A próxima intervenção foi de **José Luís da Silva e Almeida**, que começou por dizer que nunca é demais lembrar o 25 de abril como data fundadora e fundamental da nossa democracia e que levou à criação do Poder Local. Poder local que, pese embora alguns defeitos, é a expressão da vontade das populações e a forma que estas têm, de estar próximas dos centros de decisão. Felizmente alguém que queria esvaziar os poderes dos órgãos que o compõem, já não tem poder para o fazer; por falta de ânimo, só espero que não tenha deixado seguidores. Como alguém disse, a democracia e a liberdade têm defeitos mas, não se conhece nada que mais represente as vontades da maioria, mas

também respeite as minorias. A outra data importante é o 1º de maio - dia do trabalhador. Referiu que, muitos dos presentes recordarão como tem afirmado e repetido que, a mais-valia de qualquer organização, são as pessoas. Nestes tempos conturbados têm sido sempre colocadas, por quem nos governa no poder central, numa posição de subalternização em relação ao capital e, este nem sempre é bom. Todos gostamos de o ter mas, este sem controlo é nefasto, todos, de uma forma ou outra assistimos e sentimos. ----- Não querendo alongar-se, disse que através da sua intervenção apenas pretendia homenagear todos os trabalhadores do nosso concelho e do nosso país, numa altura em que cada vez mais a existência de trabalho é condição da sobrevivência e da vida com dignidade que todos ansiamos. -----

Aproveitou este período da ordem de trabalhos para tecer alguns comentários relativos a uma carta que um município dirigiu ao seu grupo parlamentar. Concretamente quanto ao seu teor, não se pronunciou por envolver questões quer de ordem técnica quer, eventualmente, de ordem jurídica, não sendo aquele o local para as dirimir, mas aproveitou para recordar que existem meios legais a recorrer e, caso seja um caso de perigo iminente, a proteção civil não deixará de atuar. Disse que iriam manter-se informados e recomendou que os interessados mantenham a pressão sobre o dono da obra pois se a razão os assistir a EDP, como empresa idónea, certamente tudo fará para resolver o diferendo. -----

Por último, disse ter registado os esclarecimentos do presidente da Câmara Municipal hoje prestados, em especial, pela sua atualidade. -----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira**, começando por dizer que, como será do conhecimento de todos, no próximo dia 2 de maio irá entrar em funcionamento o Balcão do Empreendedor, e que aquele balcão eletrónico nacional passará a ser o ponto único de acesso a informação sobre quase quinhentos serviços necessários ao exercício de mais de quatrocentos e cinquenta atividades económicas, sendo muitos deles realizados totalmente online. Ou seja, com a entrada em funcionamento do Balcão do Empreendedor, qualquer cidadão de Portugal ou de outro país da União Europeia, que pretenda iniciar ou expandir uma atividade económica em Portugal, pode conhecer as formalidades necessárias para a criação da empresa ou o que necessita para a instalação e funcionamento da atividade. Com este balcão, o empreendedor não terá de saltar de entidade para entidade, podendo ao escolher a atividade económica no Portal, ficar a saber todas as formalidades que terá de cumprir na abertura ou expansão do seu negócio. Referiu que esta é uma mudança de paradigma, em que a permissão administrativa (como por exemplo um alvará), será substituída pela mera comunicação prévia, o que irá obrigar as diferentes instituições a se adaptarem a uma nova realidade. No caso dos municípios, também terão de o fazer. Deu como exemplo o pedido de licenciamento de uma esplanada, que já não terá de ser feito obrigatoriamente nos serviços do município. Ao ser utilizado o Balcão do Empreendedor, a licença é dada automaticamente, com o empreendedor a assumir o cumprimento das regras estabelecidas. Caberá ao município fiscalizar, à posteriori, o cumprimento dos regulamentos. A fiscalização passará a fazer-se em moldes muito diferentes dos atuais, pelo que para assegurar este novo *modus operandi* os municípios têm de proceder a alterações de processos, revisões de regulamentos, etc. Disse saber que já existe trabalho efetuado no município de Sever do Vouga relativo a este objetivo, mas considera ser importante o senhor presidente da Câmara Municipal dar mais informações sobre o ponto de situação da implementação do Balcão do Empreendedor (e as questões do licenciamento zero) no nosso município. -----

Uma segunda nota que quis trazer à sessão prende-se, também, com os serviços online disponibilizados no portal do município. Através de várias consultas à página de internet, ao longo dos últimos meses, e apesar do grande destaque dado a esta funcionalidade, pôde ir constatando que o único serviço online disponibilizado é relativo às águas, mas que mesmo acedendo a este, o resultado é o aparecimento de uma informação a referir a indisponibilidade do mesmo. Neste capítulo muito poderia ser feito, na área do desporto, cultura ou educação. Estas são apenas exemplos de áreas em que a disponibilização de serviços online poderia ser facilitada aos nossos municípios, não os obrigando a deslocar-se aos serviços camarários, e como tal, a reduzir os seus custos e tempo. Penso que valeria a pena investir nesta temática, com ganhos claros para todos, município e municípios. -----

Por último, e como se aproxima a época do mirtilo, fruto que já representa uma importante fonte de rendimento das nossas gentes, esperando que assim continue no futuro, e desejando desde já os maiores sucessos à nova edição da Feira que se irá realizar no final de junho, disse lembrar-se que, em finais de 2011, deliberou aquela Assembleia Municipal que a Câmara Municipal de Sever do Vouga se tornasse sócia da Promirtilo - Associação Nacional de Produtores e de Promoção do Mirtilo. Esta associação, sediada no nosso município, mas de nível nacional, visava a redução de custos e garantir apoios do quadro comunitário, trazendo mais competitividade ao setor. Pediu que o senhor presidente fizesse um balanço do que tem sido a atividade desta associação e os cumprimentos dos objetivos. Sendo este um setor de atividade com grande dinamismo, gostaria que os esclarecimentos a dar se cingissem apenas à Associação Promirtilo e não ao setor de uma forma geral. -----

Tomando o uso da palavra, o **Presidente da Câmara Municipal** agradeceu a intervenção muito construtiva, para referenciar apenas e pedir ao Nuno Ferreira desculpa por não poder dizer muito especificamente, em relação ao Balcão do Empreendedor, o que é que se está a fazer, visto tratar-se de um processo de execução instrumental. A única coisa que pode dizer é que se está ligeiramente atrasado na implementação para a data que foi referenciada, até porque a ANMP está a mandar informação aos municípios sabendo que praticamente ninguém vai ter o Balcão do Empreendedor a funcionar no dia 2 de maio como era desejável. Aliás, muitos dos regulamentos que se pretendem alterar e as taxas a criar estão ainda a ser articulados na CIRA. A ANMP está a dar apoio na implementação deste Balcão do Empreendedor, o Diretor de Departamento está a trocar impressões com alguns colegas de concelhos, designadamente com a Murtosa. Logo que houver informação que possa ser prestada com mais pormenor, fá-lo-á, e espera que na próxima Assembleia Municipal já se possa apresentar mais informação. -----

Em relação à Promirtilo, disse ter sido feita uma reunião de associados onde foi decidido extinguir/dissolver a associação e alterar a AGIM numa associação dos pequenos frutos, de âmbito nacional, sendo certo que, neste momento, já existem fichas de inscrição para admissão de novos associados, nomeadamente, uma grande maioria que eram sócios da Promirtilo, para se transformar aquela associação, cujos estatutos foram alterados, pois já não se trata de uma associação local, uma vez que vai ter parcerias com instituições do ensino científico, dando o exemplo da Universidade de Évora, Instituto Politécnico de Viseu, Universidade Católica, Instituto Abel Salazar, e, também, a Universidade de Aveiro, embora esta última entidade pretenda cobrar valores muito altos neste tipo de parcerias. Considera ter sido uma sorte encontrar parcerias com outras instituições em que a sua participação é gratuita, recebendo meramente aquilo que as candidaturas permitem pagar. Por exemplo, com a Universidade de Aveiro com a criação dos clusters dos pequenos frutos, quer essa componente da candidatura e ainda mais duzentos e sessenta mil euros quando as outras universidades não pretendem qualquer valor. É um problema que existe com a nossa universidade e que tem de ser ultrapassado. -----

Depois de concluídas as intervenções registadas no “período de antes da ordem do dia”, foram suspensos os trabalhos por um período curto, com vista à realização de um pequeno intervalo.-----

Alguns minutos depois, foram reiniciados os trabalhos, passando-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

----- 2 – Ordem do Dia -----

2.1 – 2ª Revisão Orçamental: - Prestados alguns esclarecimentos sobre as principais modificações realizadas aos documentos previsionais deste ano económico, compreendidas no documento apresentado, atempadamente, aos membros deste órgão, integrando a 2ª Revisão Orçamental de 2013, que compreende a 5ª Revisão do Orçamento de Receita e de Despesa com um reforço de 1.733.258,06€ (um milhão, setecentos e trinta e três mil, duzentos e cinquenta e oito euros e seis cêntimos); o Plano Plurianual de Investimentos com um acréscimo de 1.718.300,00€ (um milhão, setecentos e dezoito mil e trezentos euros) e o Plano de Atividades com um aumento de 69.000,00€ (sessenta e nove mil euros). Este documento foi aprovado, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor.----

2.2 – Prestação de Contas 2012: - Como é habitual, o presidente da câmara efetuou uma breve apresentação dos principais dados exarados nos documentos referentes à Prestação

de Contas do ano económico de 2012, elaborados no uso da competência cometida à Câmara Municipal através da alínea e), do n.º 2, do art.º 64º da Lei das Autarquias Locais. Seguidamente, foi aberto um período de discussão onde se inscreveram alguns membros, tendo-se começado por registar a intervenção de **Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira**, que começou por referir que os conhecimentos técnicos e específicos sobre a matéria obviamente não são os ideais, provavelmente, para analisar ao pormenor todos os documentos que foram feitos, mas há um aspeto que lhe parece importante, que é a revisão orçamental, parecendo-lhe que deveria ter sido o ponto seguinte, porque, se na revisão orçamental está-se a votar a aplicação de um resultado resultante da análise das contas, não faz sentido estar agora a analisar as contas já com o resultado aplicado. -----

Relativamente àquele ponto, sem analisar exaustivamente os números, pois eles espelham bem aquilo que foi a execução orçamental de 2012, um primeiro elemento que lhe parece indispensável referir é a dissolução e integração da empresa municipal Vougapark nas contas do município durante o ano de 2012, o que trouxe modificações significativas e eliminou em muitos casos a capacidade de comparação com o orçamento aprovado. -----

Uma segunda nota para algumas considerações que não viu refletidas nos relatórios apresentados. Por exemplo, o aumento de receitas provenientes de projetos financiados por fundos comunitários foram, em parte, resultado da decisão acertada do governo em aumentar a taxa de comparticipação de todos os projetos da administração local para 85%, com efeitos retroativos. Esta decisão, não tem dúvidas, beneficiou, e muito, o aumento das receitas e não aparece evidenciado no relatório de gestão. Fazendo os cálculos, só o Vougapark, com esta medida do governo passou de 3 milhões de euros de fundos comunitários para 5,2 milhões, ou seja, teve um aumento superior a 2 milhões de euros de fundos comunitários, reduzindo na mesma proporção a contrapartida do município. Por isso, há que reconhecer o papel muito positivo que esta decisão do governo teve nas receitas dos municípios. Salientou alguns números exarados nos documentos disponibilizados: o aumento das dívidas a terceiros de médio e longo prazo de 3,2 milhões de euros para 6,2 milhões de euros, o que representa um aumento de 94%, ou seja, a duplicação do valor. Mesmo se retirarmos os 1,6 milhões de euros referidos na revisão orçamental e ser feita uma amortização nos empréstimos, a subida, num ano, é de mais de 40% só nas dívidas a terceiros no medio e longo prazo. -----

No documento “Notas ao balanço e demonstração de resultados” são referidas as entidades participadas pelo Município, incluindo-se a Municípiã, a WRC e a Associação Beira Atlântico Parque. Em tempos foi decidido por esta Assembleia Municipal que a participação na Municípiã seria para alienar. Nesse sentido, quis saber o ponto de situação desse processo. -----

Outra informação constante naquele documento é relativa às aplicações financeiras do programa Finícia. Sendo os apoios financeiros às microempresas uma peça importante na dinamização e promoção do empreendedorismo, disse ter ficado preocupado com o número bastante reduzido de empresas apoiadas. Como o município é parte importante desta iniciativa, pediu, também, um ponto de situação da mesma, deixando desde já a nota sobre se não seria possível fazer algo mais para fomentar a utilização desta fonte de financiamento. -----

Quanto às Grandes Opções do Plano, a taxa de execução fixou-se nos 59%. O que aquele número reflete é os investimentos previstos em orçamento e não realizados. Naquele capítulo, disse ter voltado a dezembro de 2009 e ter ido verificar as obras então propostas no orçamento para 2010. Comparando com a execução do ano de 2012 disse poder-se constatar que ainda não saíram do papel, ou seja, de apenas constarem em orçamento, os seguintes investimentos, a título exemplificativo: Retificação da estrada de acesso às minas do Braçal; Recuperação de moinhos de água e espigueiros; Parque geriátrico e radical; Arranjos urbanísticos no centro de Cedrim e Couto de Esteves; Arranjo urbanístico da entrada da vila; Estrada do Cortez; Estrada do Alto da Serra ao limite do concelho; Pavimentação da estrada de Vide; Construção de passagem hidráulica no Seixo; Construção de ecocentro; Ampliação dos cemitérios de Sever e Dornelas; Centro de recolha animal; Refuncionalização de edifício para equipamento cultural; Ampliação e infraestruturas na zona industrial dos Padrões; Estrada de Soutelo ao Pisão; Estrada do campo em Paradela; Caminho do Cortinhal; Variante sul ao centro da Vila. Dizendo que

parecia ter sido exaustivo, mas não foi. Estes são apenas exemplos de investimentos inscritos em orçamento, pelo menos desde 2010, ano em que esta Assembleia Municipal teve de analisar e votar o orçamento pela primeira vez. Disse poderem existir inúmeras razões para a não execução destas obras, a suposta, entre aspas, falta de fundos comunitários, a crise económica, etc. Mas uma coisa é certa, se constam do orçamento é porque se previam receitas para as executar. -----

Fez uso da palavra o **Presidente da Câmara Municipal** para dizer que, a primeira revisão já foi feita e as contas ainda não tinham sido aprovadas. -----

Disse que, na verdade, as receitas são sempre muito inferiores e inscrevem-se os projetos na expectativa de poderem ser objeto de financiamento através de candidaturas aos diversos programas. Não se trata de uma constatação nova, já acontecia quando entrou para o executivo. -----

Sobre a Municipia referiu que foram envidados esforços no sentido de sabermos se havia algum município interessado na aquisição das nossas ações. No entanto, a maioria está a fazer o mesmo procedimento. Isto é, a perguntar se desejamos adquirir as suas participações. Além do mais, tomaram conhecimento que a empresa não será objeto de extinção, por ter apresentado resultados positivos. Por último, disse estarem a estudar outras formas de transferência das participações detidas por esta autarquia. -----

Após as intervenções e esclarecimentos prestados, para cumprimento do estabelecido na alínea e), do n.º 2, do art.º 64º da Lei das Autarquias Locais, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação os documentos da prestação de contas de 2012, tendo sido aprovados, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor.-----

2.3 – Património: - Foi dado conhecimento ao órgão deliberativo dos bens que constam no inventário do ativo patrimonial deste Município.-----

2.4 – Atribuição de Medalhas: - Num trabalho conjunto das bancadas, foi apresentada uma lista de coletividades e individualidades a quem prestar homenagem através da atribuição de medalhas. Apresentada a lista, foi aprovado, por unanimidade, atribuir as seguintes medalhas:-----

a) **Medalhas de Honra:**-----
- Comendador Engenheiro Adelino da Silva Matos;-----
- Comendador Professor Doutor António Manuel Amaral Coutinho;-----
- Comendador Manuel Rodrigues Tavares de Almeida.-----

b) **Medalhas de Mérito Municipal de Benemerência:**-----
- Dr. Joaquim Henriques, grau ouro.-----

c) **Medalhas de Mérito Municipal Cultural:**-----
- Dr. David Dias Cabral, grau ouro;-----
- Associação Cultural e Social de Couto de Esteves, grau prata;-----
- Associação de Folclore, Danças e Cantares de Silva Escura, grau prata;-----
- Centro de Recreio e Cultura de Rocas do Vouga, grau prata;-----
- Grupo Recreativo e Cultural Silvaescureense, grau prata;-----
- Grupo Típico de Talhadas, grau prata;-----
- Jovouga (Associação Cultural de Cedrim), grau prata;-----
- Rancho Folclórico de Sever do Vouga, grau prata.-----

d) **Medalhas de Mérito Municipal Desportivo:**-----
- Associação Cultural e Desportiva de Dornelas, grau prata;-----
- Associação Cultural e Recreativa de Pessegueiro do Vouga, grau prata;-----
- Associação Desportiva Severense, grau prata;-----
- Centro Cultural e Desportivo de Paradela do Vouga, grau prata;-----
- Juventude Académica Pessegueirense, grau prata;-----
- Vouga Sport Clube, grau prata.-----

Durante a apresentação da proposta, cuja tarefa foi incumbida ao membro **Rui Manuel Pires da Silva**, foi referido o seguinte: -----

“Em reunião de líderes, também com a presença do vereador da cultura, pedimos que a cerimónia decorra durante o mês de maio para que não coincida com o período eleitoral para que não haja nenhum tipo de associar esta imagem a fatores políticos, o que seria mau para quem presta homenagem e para quem recebe e deixar bem claro que nada tem a ver com fatores eleitorais, mas sim com premiar e valorizar as pessoas de Sever do Vouga.” ---

Posto isto, foi o documento colocado à consideração do plenário, pelo que foi aprovado por unanimidade. -----

2.5 – Aumento do Capital Social da AdRA: - Foi dado conhecimento ao órgão deliberativo do aumento da participação do Município em 1.225,00€ (mil, duzentos e vinte e dois euros) para aumento do capital social da AdRA de 15 milhões de euros para 17,5 milhões de euros, conforme constava no Contrato de Gestão, oportunamente aprovado nos órgãos colegiais desta autarquia. A Assembleia Municipal não se opôs à concretização da operação como já se encontrava previsto e aprovado.-----

2.6 – Despesas de Representação – Diretor de Departamento: - Seguidamente, foi apresentada a Informação n.º 14-DAF/2013 relativamente às despesas de representação atribuídas aos dirigentes intermédios de 2º grau (Diretor de Departamento), aprovada em reunião de Câmara de 24 de abril de 2013, para ser submetida à apreciação e aprovação por parte do órgão deliberativo. Analisado o documento e depois dos esclarecimentos prestados, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, a ratificação das despesas processadas e pagas desde a alteração feita ao Estatuto do Pessoal Dirigente e a atribuição de despesas de representação ao único dirigente do Município de Sever do Vouga, com comissão de serviço em vigor, bem como nas renovações que venham a ser aprovadas, nos termos do n.º 2, do artigo 24º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, ao abrigo da alínea r), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

2.7 – Autorização Prévia – Despesas Plurianuais: Foi dado conhecimento à Assembleia Municipal dos procedimentos organizados e serviços contratados ao abrigo da autorização prévia genérica dada na sessão de 22 de junho de 2012. Foi prestada autorização para a assunção de compromissos plurianuais relacionados com a aquisição de massa betuminosa a quente.-----

-----**3 - Período Destinado ao Público**-----

Não houve intervenção do público.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu.-----

